

PROJETO DE LEI Nº __, DE 2025
(Dep. Dr. Fernando Máximo e Dep. Dr. Ismael Alexandrino)

Dispõe sobre o incentivo à capacitação de cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no âmbito da União, e dá outras providências.

Apresentação: 16/07/2025 16:47:09.310 - Mesa

PL n.3491/2025

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o incentivo à capacitação de cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com o objetivo de promover a qualificação adequada, o cuidado humanizado e o fortalecimento da rede de apoio à pessoa com autismo, em todo o território nacional.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se cuidador a pessoa que exerça, remunerada ou voluntariamente, atividades de apoio direto às necessidades básicas, pedagógicas, emocionais ou sociais da pessoa com TEA.

Art. 3º A União poderá, em cooperação com os entes federativos e instituições da sociedade civil, incentivar ações de capacitação continuada para cuidadores de pessoas com TEA, inclusive por meio de:

- I** – programas de formação presencial ou a distância;
- II** – parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas;
- III** – fomento a projetos de extensão universitária e atividades comunitárias voltadas à capacitação de cuidadores;
- IV** – produção e difusão de materiais pedagógicos e informativos adaptados;
- V** – apoio técnico e financeiro, na forma da legislação vigente.

Art. 4º As ações de que trata esta Lei deverão observar os princípios da acessibilidade, da inclusão, do respeito à neurodiversidade, da humanização do cuidado e da valorização profissional dos cuidadores.



Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas por recursos provenientes de convênios, doações ou outras fontes permitidas pela legislação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito da União, políticas públicas de incentivo à capacitação de cuidadores de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecendo o papel fundamental que esses profissionais e voluntários desempenham no apoio diário às pessoas com autismo e suas famílias.

A proposta tem como referência a Lei nº 2.890/2023, do Estado do Amapá, e busca nacionalizar sua iniciativa, conferindo escala e coordenação federal às ações de formação de cuidadores. A medida se insere no contexto das diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Cuidadores bem preparados contribuem para a melhoria da qualidade de vida da pessoa com TEA, fortalecem sua autonomia, reduzem o estresse familiar e qualificam a atuação das redes pública e privada de atenção e proteção social. Por outro lado, a ausência de formação técnica pode gerar riscos à saúde, à segurança e ao desenvolvimento da pessoa com deficiência.

O incentivo à capacitação deve se dar por meio da articulação com universidades, escolas técnicas, organizações da sociedade civil e plataformas de educação a distância, promovendo formações acessíveis, gratuitas e com conteúdo adequado às diferentes realidades regionais.

Ao promover a qualificação e valorização dos cuidadores, o Estado brasileiro reafirma seu compromisso com a dignidade humana, a inclusão social e os direitos das pessoas com



deficiência, nos termos da Constituição Federal e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com status de norma constitucional.

Por essas razões, conclamo os nobres Parlamentares a apoiar e aprovar esta proposição, que representa um avanço necessário nas políticas públicas de atenção às pessoas com TEA em todo o Brasil.

Deputado DR. FERNANDO MÁXIMO

(União Brasil/RO)

